



**GUIÃO DE EDUCAÇÃO. GÉNERO E CIDADANIA. PRÉ-ESCOLAR¹ E
GUIÃO DE EDUCAÇÃO. GÉNERO E CIDADANIA. 1º CICLO²**

**SCRIPT OF EDUCATION. GENDER AND CITIZENSHIP. RESCHOOL
EDUCATION AND SCRIPT. GENDER AND CITIZENSHIP. 1ST
CYCLE**

Maria Isabel Lopes da Silva³

Estes dois guiões, tal como o título indica, tratam das questões de género colocando-as numa perspetiva de educação para a cidadania. Situando-se respetivamente no nível do jardim-de-infância (3-6 anos) e dos quatro primeiros anos da educação básica – 1º ciclo, apresentam uma estrutura idêntica dividida em duas partes: “Enquadramento teórico”, e “Género, cidadania e intervenção educativa. Sugestões práticas.

Na “Introdução” que inicia o “Enquadramento Teórico” são apresentados as linhas orientadoras do trabalho, que parte do reconhecimento das desigualdades entre mulheres e homens, ainda tão presentes na nossa sociedade. Não deixando de referir, não só na introdução mas também ao longo do trabalho, outras formas de desigualdade e

¹ Organizado por Maria João Cardona (Coord.); Conceição Nogueira; Cristina Vieira; Marta Uva; Teresa-Cláudia Tavares (2010) Lisboa: CIG/ME. Também disponível em www.cig.gov.pt/guiaoeducacao/

² Organizado por Maria João Cardona (Coord.); Conceição Nogueira; Cristina Vieira, Isabel Piscalho; Marta Uva; Teresa-Cláudia Tavares (2011). Lisboa, CIG/ME. Também disponível em www.cig.gov.pt/guiaoeducacao/

³ Doutora em Ciências da Educação; Assessora do Ministério da Educação de Portugal aposentada; Membro do GEDEI (Grupo de Estudos para o desenvolvimento da Educação de Infância). E-mail: ilopesdasilva@clix.pt

discriminação, justifica-se a abordagem de uma educação para a igualdade de géneros que afeta todos os seres humanos, pois:

embora as mulheres sejam efetivamente a face mais visível da batalha pela igualdade de direitos e oportunidades, é indubitável que um tratamento produtivo desta problemática deve incluir também a consciência do impacto que estas desigualdades acarretam para o sexo masculino (p. 8).

Essa educação, como vertente da construção da cidadania, tem como contexto uma escola democrática, como:

uma organização de liberdade capaz de oferecer resistência contra o autoritarismo, a opressão e todas as formas de discriminação baseadas no sexo, na classe, na raça/etnia, na orientação sexual, na religião e na cultura [...] uma escola que supera preconceitos e estereótipos. (p. 8).

Assim, estes guiões destinam-se “à promoção da igualdade de género em espaços educativos formais” (p. 9), prevendo-se a publicação de outros para os níveis de ensino seguinte.

Após a introdução, o “Enquadramento teórico” divide-se em duas partes, centrando-se a primeira numa abordagem conceptual da temática, idêntica nos dois textos, em que se começa por esclarecer a noção de género entendida como construção social e mostrando, depois, como as manifestações da desigualdade estão presentes no ambiente cultural, desde os catálogos comerciais de brinquedos, às expectativas e formas de tratamento das crianças, como os estereótipos de género se constroem desde muito cedo e evoluem ao longo do processo de crescimento, tratando, seguidamente, da questão da cidadania, como igualdade de direitos e oportunidades, um igualdade que não nega a diferença, que “inclui precisamente respeitar os direitos de todos os seres humanos independentemente das suas características, crenças e identidades” (p. 39).

Os diferentes conceitos apresentados, nesta primeira parte, são tratados de forma clara e aprofundada, apoiada em vastas referências bibliográficas, que não simplificam a complexidade da problemática, mas a vão esclarecendo, permitindo situar as suas implicações para as práticas educativas.

Os dois últimos capítulos do “Enquadramento teórico” são já direcionados para os níveis educativos a que se reporta cada guião, analisando as atuais propostas curriculares, que, em Portugal, orientam respetivamente a Educação Pré-Escolar e o 1º ciclo e abordando o capítulo “Cidadania e Igualdade de Género nas Práticas Educativas”, a diferença de expectativas e comportamentos de educadores/as e professores/as relativamente a meninos e meninas, que veiculam estereótipos de género, em geral inconscientes. Acentua-se a importância desta educação começar no jardim-de-infância em que se inicia “a aprendizagem

da diversidade e da igualdade de oportunidades, da paridade entre os sexos, da diversidade de culturas, da responsabilidade social de cada pessoa em promover uma sociedade mais democrática e integradora (p. 59)”. Em ambos os guíões este capítulo encerra com as questões fundamentais que cada um/a terá de colocar a si-próprio/a:

O que significa educar para as questões de género numa dimensão transversal, na escola de hoje no mundo atual? ; Como entendemos as questões de género?; Como educamos para as questões de género?; Como tornamos os espaços escolares em espaços onde não se criem estereótipos mercê dos materiais que proporcionamos e da forma como organizamos o espaço?; Como selecionamos os jogos e os livros? (p. 63 – Guião Pré-Escolar - e p. 65 – Guião 1º ciclo)

Estas questões atravessam a segunda parte destes guíões – “Género, Cidadania e Intervenção Educativa. Sugestões e Práticas”, que apresentando também uma estrutura idêntica, têm naturalmente conteúdos diferentes, adaptados aos currículos e práticas dos dois níveis de ensino e recorrendo a situações e exemplos relativos a cada um deles.

“A organização do ambiente educativo”, o primeiro capítulo desta segunda parte, tem um maior desenvolvimento para a educação de infância, dada a importância que assume a organização dos espaços e materiais, no jardim-de-infância, como “base para o desenvolvimento de práticas educativas integradoras em que rapazes e raparigas se identificam e podem aprender princípios básicos de cidadania” (p. 59). É assim questionado como são utilizadas algumas áreas habituais nos jardins-de-infância, como a da “casa” e da “garagem”, as histórias que são escolhidas, sendo dadas sugestões de como se podem reconstruir e (des) construir essas histórias, e como se poderá tirar proveito de ambientes e situações estereotipados, tornando-os objeto de reflexão. Neste ponto, o guião relativo ao 1º ciclo também coloca algumas situações e questões referentes aos espaços, aos jogos e histórias e ainda à escolha dos manuais – referindo-se, por exemplo, como foi abordada a situação de um manual designado “Manual do Aluno”.

Os capítulos seguintes incidem na “Organização do grupo e no papel do educador/professor” diferenciados no Guião para a Educação Pré-Escolar e juntos no que diz respeito ao 1º ciclo. No primeiro, pede-se o registo e reflexão sobre exemplos de comportamentos habitualmente atribuídos a rapazes e raparigas, no do 1º ciclo solicita-se uma reflexão sobre o que o professor/a considera bom aluno e boa aluna ou mau aluno e má aluna e a caracterização de “bons “ e maus” exemplos de comportamentos que, habitualmente , se atribuem a rapazes e raparigas. Em ambos se sugere que estes aspetos sejam também debatidos com os/as alunos/as. Os dois guíões incluem, ainda, a apresentação de um conjunto de técnicas de comunicação que podem ser utilizadas no trabalho com os/as alunos/as, tais

como o grupo de discussão, o turbilhão de ideias (brainstorming), a simulação ou jogo de papéis, a dramatização, o estudo de caso, a fotopalavra, a técnica de testemunho, chamando ainda a atenção para a importância que uma abordagem de filosofia para crianças pode ter neste processo reflexivo e como poderá ser utilizada. Ao longo do texto vão sendo apresentados múltiplos exemplos de situações e de práticas relativas a cada um dos níveis educativos.

O capítulo seguinte incide na “(Auto) avaliação” que envolverá docentes e alunos/as, propondo-se uma ficha bastante detalhada que o/a profissional de educação poderá utilizar para registar uma caracterização do grupo com que trabalha, anotar as suas opiniões relativamente a materiais e atividades que considera mais usados por rapazes e raparigas, os comportamentos típicos que atribui a umas e outros, recolher informação junto dos/as seus/suas alunos/as sobre o seu ambiente familiar e os seus estereótipos de género: o que faz o pai e a mãe dentro e fora de casa; diferenças entre o que fazem os homens e as mulheres e o que fazem os rapazes e raparigas. Um instrumento que sintetiza algumas das questões colocadas anteriormente e que fornece à/ao docente um manancial de informação que lhe permitirá refletir sobre a sua prática e desenvolver diversas atividades e projetos com os/as seus/suas alunos/as.

Aborda-se seguidamente “O envolvimento das famílias e da comunidade”, dando exemplos de situações do quotidiano que se poderão aproveitar para levar também os pais e mães a refletirem sobre os seus estereótipos de género e apresentando sugestões de temáticas a abordar em reuniões de pais.

Desenvolvem-se, depois, exemplos de projetos relacionados com diferentes áreas curriculares, sendo este capítulo designado no Guião para a Educação Pré-Escolar como “Áreas de conteúdo – exemplos de projetos”, em que são descritos projetos desenvolvidos em áreas como, Desenvolvimento Pessoal e Social, Conhecimento do Mundo e Expressão e Comunicação, e ainda projetos que mobilizam diversas áreas de conteúdo. O capítulo correspondente no Guião do 1º ciclo - “Os conteúdos de aprendizagem. Exemplos de projetos” - organiza-se em torno de passado, presente e futuro. Em ambos os casos são incluídos não só projetos emergentes de situações do quotidiano, como também de projetos planeados pelo/a professor/a, sendo ainda incluído um esquema de apoio à sua planificação.

No final, os dois guiões abordam ainda os “Projetos da instituição”, interpelando também as práticas educativas institucionais e os valores da organização:

Qual a abertura à existência de profissionais do sexo masculino? Como é que estes são integrados? ; Como é que o espaço institucional é promotor de

práticas igualitárias? ; Como é que a instituição acolhe as famílias?: Qual a atenção dada à preparação do pessoal auxiliar para o trabalho com as questões de género com as crianças? (p. 118 Guião Pré-Escolar, 130 Guião 1º ciclo)

Terminando com uma “Reflexão final”, que reitera e sintetiza, para cada nível educativo, algumas das propostas apresentadas.

Para completar esta apresentação comparativa dos conteúdos dos dois guiões importa acrescentar alguns aspetos globais e transversais, que como leitora interessada, particularmente me interpelaram:

- **A coerência entre teoria e prática**, tão difícil em propostas educativas, em que os conceitos são esclarecidos e ilustrados através de exemplos de situações e práticas, de forma a produzir a dar uma grande consistência interna ao trabalho.
- **O constante apelo à reflexão dos/as profissionais de educação**, através de questões incluídas ao longo de todo o texto, que suscitam o pensamento crítico, nomeadamente, nos exemplos de situações e projetos apresentados em que vai sendo perguntado: Como faria nesta situação? Como se poderia desenvolver este projeto? É esta reflexão que permite passar de uma atitude de fazer de conta que não se vê, muito comum entre docentes, para uma intenção de intervenção, que permite mudar as práticas.
- **A importância de escutar a opinião das crianças e de estimular o confronto das suas opiniões**, um corolário da atitude de reflexão do/a docente, que escutando as crianças tem oportunidade de melhor as compreender e que ao estimular o debate lhes permite tomar consciência dos seus estereótipos e para construção de uma cidadania consciente. Um debate que não pode, nem deve ser evitado a pretexto de as opiniões das crianças resultarem de modelos familiares e que a sua expressão num ambiente escolar pode provocar conflitos com as famílias. Pode assim falar-se num isomorfismo entre o processo de reflexão do/a docente e aquele que este/a deve pedir às crianças e, também, às famílias numa construção comum de cidadania.
- **A riqueza e diversidade das situações e exemplos apresentados e a sua “realidade”**, tal como se afirma, estes exemplos não são “receitas”, mas instrumentos de reflexão e análise. No entanto, quem conhece os contextos da educação de infância e do 1º ciclo do Ensino Básico reconhece facilmente tratar-se de situações que ocorrem frequentemente nas práticas habituais. Os exemplos apresentados correspondem, de fato, a práticas reais recolhidas ao longo da formação inicial e contínua realizada pela equipa de autoras dos textos, professoras da Escola Superior de Educação de Santarém, que se dedicam não só à investigação relacionada com esta temática, como também a abordam nas suas práticas de formação de

educadores/as de infância e professores/as do 1º ciclo. A colaboração destes/as formandos/as é, aliás referenciada e agradecida nos dois guiões.

- **A perspectiva curricular na abordagem da temática** – a igualdade de género, tal como a cidadania não se “ensina” mas tem que estar presente no quotidiano das escolas e atravessar todo o currículo integrando-se em diferentes aprendizagens curriculares. A metodologia de projeto, abundantemente documentada, apoiada em diversas técnicas de trabalho de grupo e de intervenção de pessoas exteriores à escola (técnica de testemunho) é uma estratégia educativa particularmente adequada ao tratamento desta temática, sendo que a igualdade de género terá também de estar presente na organização de um ambiente educativo - espaços, materiais, tempos, dinâmicas e regras de grupo – que a contextualize.

Será finalmente de referir a cuidada apresentação dos textos, em que a mancha gráfica permite destacar ideias-chave e exemplos, facilitando a leitura e tornando-a agradável e ainda a vasta bibliografia de apoio, que permite, para quem o desejar, um maior aprofundamento das questões.

Poder-se-á, assim dizer que se trata de guiões que poderão ser independentemente utilizados por profissionais de educação, que pretendam refletir sobre as suas práticas para se empenharem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mas que serão também um instrumento de trabalho útil para formadores/as destes/as profissionais, uma vez que o apoio formativo desempenha um papel essencial nos processos reflexivos e no ensaio de novas práticas de construção de cidadania.

Recebido em Fevereiro de 2012

Aprovado em Abril de 2012